

Observatório de África Nº70 Janeiro/Fevereiro 2018

- **Presidente Sul-Africano Demitiu-se**
- **Presidente Ugandês tenta novo Mandato**
- **O Estado Islâmico em África**
- **Administração do Fundo Soberano de Angola Exonerada**
- **XXX Cimeira da União Africana**
- **Novo Primeiro-ministro na Guiné Bissau**
- **Crescimento Económico em África**
- **George Weah toma posse como Presidente da Libéria**
- **Seca atinge a África do Sul**
- **Israel endurece política contra Imigrantes Africanos**
- **Ellen Sirleaf Vence Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação**

Presidente Sul-africano Demitiu-se

O Presidente Sul-africano, Jacob Zuma, demitiu-se do cargo, a 14 de fevereiro, na sequência de fortes pressões de que foi alvo por parte de diferentes setores da sociedade sul-africana, embora o momento decisivo tenha sido o fim do apoio do seu próprio partido, o Congresso Nacional Africano (ANC).

A decisão já era previsível ao longo dos últimos meses. Um conjunto de acontecimentos e de tomadas de posição foram criando as condições para este afastamento.

A situação económica do país, a qual se tem agravado ao longo dos últimos anos, os casos de corrupção diretamente relacionados com o Presidente Zuma, a crescente dificuldade em manter a aliança governativa entre o ANC, o partido comunista da África do Sul (SACP) e a central sindical COSATU; os maus resultados nas eleições locais, nas quais o ANC perdeu os principais centros urbanos para a oposição; a crescente contestação interna dentro do próprio ANC que permitiu a eleição de Cyril Ramaphosa como Presidente do partido, foram dados que favoreceram a decisão de afastar Zuma.

Apesar da grande contestação interna que vinha sofrendo nos últimos meses, Zuma conseguiu manter-se no poder devido ao apoio que o seu partido tinha no parlamento sul-africano, o que lhe permitiu bloquear as várias tentativas da oposição para o derrubar através de moções de censura.

Porém, desde que Cyril Ramaphosa foi eleito presidente do partido, em dezembro de 2017, derrotando Dlamini Zuma, que era a candidata apoiada pelo Presidente Zuma, os acontecimentos precipitaram-se.

A corrente contra Zuma dentro do ANC começou a ganhar força, convencendo, cada vez mais, militantes do ANC que com Zuma à frente dos destinos do país, o partido corria o risco de perder as eleições gerais de 2019.

Um primeiro sério aviso tinha sido dado nas eleições locais, com o ANC a perder importantes localidades como Pretória, Cidade do Cabo, Joanesburgo ou Port Elizabeth e a descer, pela primeira vez, da fasquia dos 60% dos votos obtidos.

Desde o início do ano que a eventual saída de Zuma da Presidência do país era discutida dentro do ANC. Inicialmente, os apoiantes de Zuma tentaram promover uma transição gradual do poder para Ramaphosa num período de tempo que poderia prolongar-se ao longo de seis meses. No entanto, os acontecimentos aceleraram a necessidade desta transição.

No dia 12 de fevereiro, os membros do Conselho Executivo do ANC deram um prazo de 48 horas a Zuma para se demitir. Caso não o fizesse, seriam dadas instruções aos deputados do ANC, no parlamento sul-africano, para votarem a favor da moção de censura que os partidos da oposição, os Combatentes pela Liberdade Económica (EFF) e a Aliança Democrática (DA), apresentaram contra o Presidente sul-africano.

Os partidos da oposição tinha exigido a demissão imediata de Zuma, por este ter violado a Constituição e exigiram eleições gerais imediatas como a única maneira de restabelecer a normalidade democrática no país.

Numa jogada de desespero, e contra as indicações do ANC, Zuma anunciou, dia 14 de fevereiro, que aceitaria afastar-se do poder se essa fosse a decisão do parlamento sul-africano, rejeitando, porém, a exigência do ANC de se demitir antes da votação da moção de censura por parte dos deputados, a qual estava prevista para o dia 15 de

fevereiro. O objetivo de Zuma era o de conseguir manter-se no poder através do apoio dos deputados do ANC, muitos deles seus grandes apoiantes.

O Presidente Zuma acabou, no entanto, por ceder às pressões do ANC e demitiu-se ao final do dia 14, após nove anos à frente dos destinos do país.

Após esta decisão de Zuma, o Parlamento sul-africano elegeu Cyril Ramaphosa para Presidente do país, numa cerimónia em que estiveram ausentes os dois principais partidos da oposição, a DA e os EFF, que contestaram, deste modo, a maneira como a transição foi efetuada, uma vez que defendiam a marcação imediata de novas eleições gerais.

Presidente Ugandês tenta novo Mandato

O Presidente ugandês, Yoweri Museveni conseguiu que fosse removida a disposição constitucional que impedia candidatos à presidência do país com uma idade superior aos 75 anos.

A 20 de dezembro, os deputados ugandeses votaram esta emenda, a qual permitirá que Museveni, atualmente com 73 anos, possa voltar a candidatar-se a um novo mandato em 2022, altura em que já terá 77 anos. O partido do Presidente Museveni, o Movimento de Resistência Nacional, conseguiu obter 315 votos, num total de 426 deputados, a favor da emenda, quando apenas precisava de 289 votos.

Esta alteração foi saudada pelos apoiantes de Museveni como um acontecimento importante que permitirá que o Presidente continue no cargo.

Yoweri Museveni tem sido uma figura central na vida do Uganda desde dos tempos do Presidente Idi Amin Dada. Líder do Movimento Nacional de Resistência, Museveni lutou contra o regime de Idi Amin Dada até ao derrube deste em 1979 e a sua substituição por Milton Obote.

Depois de ter apoiado inicialmente o governo de Milton Obote, Museveni regressou à guerrilha devido a desentendimentos relacionados com a gestão do país. O movimento guerrilheiro que liderou conseguiu derrubar o regime de Obote em 1986, e desde então, manteve-se à frente dos destinos do país, tendo vencido diversas eleições.

Em 2005 o regime alterou a Constituição, removendo os limites ao número de mandatos presidenciais. Agora apenas a limitação de idade o podia impedir de concorrer a um novo mandato.

Esta decisão não foi bem aceite pela oposição ugandesa que criticou a decisão de Museveni de se querer perpetuar no poder.

O Estado Islâmico em África

Nos conflitos que atingem a Síria e o Iraque, o Estado Islâmico (EI) contou com apoio de centenas de elementos oriundos de vários países africanos. Com os avanços militares das coligações que enfrentam o EI, o território controlado por este movimento tem vindo a diminuir, o que fez com que os seus guerrilheiros tenham sido forçados a encontrar outras zonas para se estabelecerem. Neste momento, é cada vez mais notório que o EI tenta expandir a sua influência em África, nomeadamente, para países como o Chade, Níger, República Centro Africana, Burkina Faso, Mali e Nigéria.

Perante este cenário, o Níger assume especial importância, uma vez que já é clara a presença de elementos do EI neste país, os quais já entraram em confronto com as forças nigerinas. Perante esta situação, o apoio internacional a este país, nomeadamente por parte da França e dos EUA, tem vindo a aumentar com o claro objetivo de travar o avanço territorial do EI.

Para além destes dois países, também a Itália irá destacar tropas para apoiar o Níger. A Alemanha já está presente no terreno apoiando a formação das forças armadas do Mali.

A estabilização da região do Sahel é essencial para a Europa, uma vez que esta região é, simultaneamente, zona de trânsito e de origem das vagas de imigrantes ilegais que pretendem chegar à Europa.

Para além da componente militar, os países da região precisam de outros apoios com vista a conseguirem travar o avanço do EI. Os países em causa caracterizam-se por estruturas económicas e políticas muito fracas, um elevado índice de pobreza das suas populações e um profundo problema de desemprego que atinge as gerações mais novas, o que facilita a penetração dos movimentos radicais e o recrutamento de novos combatentes.

A anunciada força G5 Sahel, constituída por elementos militares oriundos do Chade, Burkina Faso, Mali, Níger e Mauritânia, tarda em ficar operacional. Apesar do apoio logístico e financeiro da França, a criação desta força está a enfrentar diversos problemas na sua concretização, embora sejam, sobretudo, ao nível operacional.

Neste momento, o G5 Sahel conta com um apoio europeu de 50 milhões de euros, aos quais se juntam as contribuições da Arábia Saudita, no valor de 100 milhões de euros e 30 milhões dos Emiratos Árabes Unidos. Estes apoios deverão ser suficientes para os primeiros tempos da missão do G 5 Sahel que deverá ter 5 mil homens que ficarão sediados no Mali. No entanto, calcula-se que por ano, esta missão possa custar cerca de 500 milhões de euros.

A necessária coordenação ao nível do comando militar entre os países que fazem parte desta força, associada à concretização da afetação das forças prometidas pelos países, faz com que o processo esteja a ser muito lento. Neste momento, é expectável que a força do G5 Sahel esteja em pleno funcionamento no primeiro semestre de 2018.

Administração do Fundo Soberano de Angola Exonerada

No âmbito do processo de substituição das lideranças das principais empresas e organismos de estado, a Casa Civil do Presidente da República de Angola anunciou, a 10 de janeiro, que o Presidente João Lourenço exonerou, a administração do Fundo Soberano de Angola, presidida por José Filomeno dos Santos, filho do anterior chefe de estado, José Eduardo dos Santos.

O Fundo Soberano de Angola foi criado em 2012 para investir parte do dinheiro do petróleo no desenvolvimento do país. Atualmente o Fundo soberano gere 5.000 MUSD.

Esta possibilidade desta exoneração já tinha ficado implícita nas palavras do Presidente angolano quando, dias antes, a deu a entender. Na base desta exoneração estiveram suspeitas em relação à forma como o Fundo estava a ser gerido, suspeitas essas que foram levantadas por uma avaliação que tinha sido solicitada pelo Ministério das Finanças.

Segundo os resultados desta avaliação, a gestão do Fundo foi criticada pela falta de transparência nos processos de contratação dos gestores de ativos e prestadores de serviços da instituição. Por outro lado, a gestão do Fundo também foi criticada por transmitir insuficiente informação ao governo sobre os investimentos que estavam a ser realizados e a ausência de políticas, estratégias e planos de investimentos consistentes e transparentes.

Filomeno dos Santos foi substituído por Carlos Alberto Lopes que desempenhava o cargo de Secretário para os Assuntos Sociais do Presidente Angolano.

Para além de José Filomeno de Sousa dos Santos, foram também exonerados os administradores executivos Hugo Miguel Évora Gonçalves e Miguel Damião Gago. O Presidente da República nomeou ainda, para integrarem o conselho de administração do Fundo, como administradores executivos, Laura Alcântara Monteiro, Miguel Damião Gago, Pedro Sebastião Teta e Valentina de Sousa Matias Filipe.

Apesar de o ser negado oficialmente, esta exoneração foi novamente entendida como uma perseguição aos filhos do anterior Presidente. Antes de Filomeno dos Santos, já os seus irmãos, Isabel do Santos, da SONANGOL, e Welwitschia "Tchizé" e José Paulino dos Santos, da gestão do segundo canal da Televisão de Angola, tinham sido afastados.

Esta política de exoneração de altos responsáveis angolanos, tem sido acompanhada pela nomeação de elementos conotados com uma ala crítica à atuação de Eduardo do Santos. O caso mais notório foi a nomeação de Lopo do Nascimento e Marcolino Moco para o conselho de administração da SONANGOL, uma vez que ambos mantiveram um certo distanciamento e até de criticismo em relação ao anterior chefe de estado.

Estas exonerações, realizadas pelo Presidente de Angola, foram recebidas pela maioria da população angolana, havendo um sentimento generalizado de otimismo em relação às reformas prometidas pelo novo Presidente. Apesar deste clima de apoio a João Lourenço, algumas das nomeações já feitas não ficaram isentas de críticas, por se temer que estejam a ser substituídos os fiéis de Eduardo dos Santos pelos fiéis de João Lourenço, sem ter em conta a competência de algumas pessoas para os cargos que vão assumir.

XXX Cimeira da União Africana

Decorreu em Adis Abeba, a 28 e 29 de janeiro, a XXX Cimeira da União Africana (UA). Sob o lema de "Vencer a Luta contra a Corrupção: Um Caminho Sustentável para a Transformação de África", estiverem reunidos Chefes de Estado e de Governo dos 55 países africanos.

A escolha do tema desta Cimeira, o combate à corrupção, não foi um assunto pacífico, uma vez que vários Chefes de Estado presentes estavam a enfrentar acusações deste tipo, nomeadamente, o Presidente sul-africano, Jacob Zuma e o Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang.

Um dos principais motivos de interesse desta Cimeira foi a presença de novos Chefes de Estado que se têm destacado nos seus respetivos países, nomeadamente, João Lourenço de Angola, George Weah da Libéria e Emmerson Mnangagwa do Zimbabué, os quais substituíram figuras históricas dos seus países, José Eduardo dos Santos, Ellen Sirleaf-Johnson e Robert Mugabe

Vários foram os assuntos discutidos pelos representantes dos países africanos. O principal foi a questão do financiamento e da reforma da UA. Este assunto já tinha sido abordado em cimeiras anteriores.

Na última Cimeira da UA, realizada em julho de 2017 em Adis Abeba, os Estados-membros da UA tinham escolhido o Presidente Paul Kagamé do Ruanda para liderar um grupo de trabalho destinado a apresentar propostas de reformas da organização. O objetivo das reformas era o de tornar a União Africana numa instituição mais eficaz e autossuficiente até 2018.

Uma das grandes limitações atuais da UA é o facto de depender de apoios externos para financiar as suas atividades, situação que era vista como um claro obstáculo à sua independência de atuação.

A falta de verbas é também uma séria limitação à criação e à manutenção de forças de paz da UA, ficando as mesmas dependentes da boa vontade externa para a sua existência e funcionamento. Esta situação só poderia ser ultrapassada se todos os estados membros cumprissem as suas obrigações financeiras e, mesmo assim, seria necessária aumentar a quota paga por cada um.

Em 2017 a UA previu gastos na ordem dos 780 MUSD, mais 350 MUSD do que no ano anterior. Face às suas limitações financeiras, 60% deste valor teve que ser obtido através de doadores bilaterais e multilaterais.

O grupo de trabalho liderado por Paul Kagamé apresentou as suas recomendações em finais de 2017 e delas constavam a necessidade de aumentar as receitas próprias da UA através, nomeadamente, da criação de uma taxa de 0,2% sobre os produtos importados em África.

No entanto, esta proposta enfrentou fortes resistências por parte de vários estados africanos, como por exemplo, Angola, África do Sul, Nigéria o Egito. Paralelamente, outros estados também rejeitaram esta taxa, alegando que já pagam impostos semelhantes ao nível das organizações regionais das quais fazem parte.

Apesar destas resistências, Paul Kagamé, que assumiu em julho passado o cargo de Presidente da UA, insistiu que a independência financeira da organização é um elemento essencial da sua reforma com vista à sua melhor capacidade de atuação e de credibilização interna e externa.

Para além da questão do financiamento, as propostas de reforma apresentadas pelo grupo liderado por Kagamé visam, sobretudo, a concentração do campo de atuação da UA em setores como paz e segurança, questões políticas, integração económica e participação ativa de África na cena internacional.

Por outro lado, também se pretende reformar as instituições internas da UA com vista a coordenar a ação da União Africana com as atividades das diferentes organizações e instituições regionais africanas, promovendo uma maior coordenação e racionalização de meios.

Durante os dois dias de trabalho, os Estados Membros também analisaram a criação de um programa estruturado de emigração dentro do Continente. A ideia é tentar ordenar os movimentos migratórios africanos. Ao contrário do que parecer ser a ideia generalizada sobre os emigrantes africanos, a maioria não se dirige para o continente europeu, mas sim para outros países africanos. Pretende-se não só dignificar os emigrantes como também realçar o papel positivo que podem ter para os países de acolhimento.

Outro dos assuntos abordados nesta Cimeira foi a renovação de dois terços no Conselho de Paz e Segurança (CPS), órgão da UA responsável pela promoção da paz, segurança e estabilidade em África. Esta renovação dos membros do CPS previa a eleição de dez dos 15 lugares, três para a África Ocidental, dois para as Áfricas Oriental, Central e Austral e um para a África do Norte. Nesta renovação foram eleitos importantes estados, como Angola e o Zimbabué pela quota da África Austral e Marrocos pela África do Norte.

Como em todas as Cimeiras anteriores, também nesta foi abordada a questão dos conflitos que atingem o continente. A questão do Sudão do Sul, país que se encontra em guerra civil desde finais de 2013, mereceu especial atenção. O conflito que opõe as forças do Presidente Kiir às do seu ex-vice-Presidente, Riek Machar, parece não ter fim à vista.

Perante o agravamento do conflito interno, marcado pelo agravamento das condições de vida das populações civis, o Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki, afirmou ter chegado o momento da comunidade internacional aplicar sanções a todos aqueles que sejam considerados responsáveis pelo conflito e por inviabilizarem os esforços de paz. Os acordos de paz assinados em 2015 não foram eficazes, com ambas as partes a violarem as tréguas inúmeras vezes.

Moussa Faki caracterizou este conflito como sendo um dos mais violentos que o continente já conheceu, caracterizado por intenções de limpeza étnica de ambos os lados. Este conflito já provocou dezenas de milhares de mortos.

[Novo Primeiro-Ministro na Guiné Bissau](#)

O Primeiro-Ministro da Guiné Bissau, Umaro Sissoco Embaló foi exonerado do cargo a 16 de janeiro, pelo Presidente guineense, José Mário Vaz.

No decreto de exoneração, o Presidente guineense justificou a sua decisão com a necessidade de continuar a promover o diálogo entre os atores políticos e sociais guineenses com o apoio dos parceiros internacionais, designadamente da Comunidade Económica de Estados da Africa Ocidental (CEDEAO) de acordo com o estipulado no Acordo de Conacri e em conformidade com o Roteiro para a saída da

crise político-institucional na Guiné-Bissau, aprovado na 52ª Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo da CEDEAO, realizada em dezembro de 2017.

A saída de Sissoco foi bem recebida pela oposição guineense, nomeadamente pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que viu neste afastamento a possibilidade de se cumprir o Acordo de Conacri, assinado em setembro de 2016, pelo Presidente José Mário Vaz e pela oposição, sob o patrocínio da CEDEAO, como forma de pôr fim ao período de instabilidade política no país.

O Acordo de Conacri pretendia pôr fim à crise política instalada na Guiné-Bissau, depois de o chefe de Estado, José Mário Vaz, ter demitido das funções de Primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, líder do PAIGC, partido que venceu as eleições legislativas de 2014.

De acordo com o previsto no Acordo de Conacri, a crise guineense deveria ser ultrapassada através da criação de um Governo de unidade nacional, do qual deveriam fazer parte todos os partidos políticos com assento parlamentar. O Primeiro-Ministro deveria ser nomeado por consenso e ter a confiança do Presidente do país. No entanto, o Acordo de Conacri acabou por agravar a crise política na Guiné-Bissau, quando o Presidente José Mário Vaz decidiu nomear Umaro Sissoco Embaló para Primeiro-ministro, figura que nunca foi aceite pela oposição que tinha apostado no nome de Augusto Olivais.

Face a este desentendimento, o governo de Sissoco nunca teve vida fácil ao longo dos 18 meses que durou. Devido à maioria parlamentar da oposição, Sissoco não conseguiu fazer aprovar o seu programa de governo, nem o orçamento de estado, o que na prática implicou a paralisia do país. Paralelamente, a CEDEAO, que patrocinou o Acordo de Conacri, sempre pressionou José Mário Vaz para que nomeasse outro Primeiro-Ministro, tendo ameaçando, em diversas ocasiões, com a imposição de sanções.

A 16 de dezembro de 2017, a CEDEAO deu um prazo de trinta dias para que fosse cumprido aquilo que estava estipulado no Acordo de Conacri, o que implicava desde logo, o afastamento de Sissoco.

Foi, provavelmente, o fim do prazo dado pela CEDEAO para que a questão fosse resolvida que promoveu o afastamento de Sissoco do cargo de Primeiro-Ministro.

O PAIGC viu no afastamento de Sissoco um enfraquecimento da posição do Presidente guineense e exigiu que fosse nomeado Augusto Olivais como Primeiro-ministro, apelando à CEDEAO para que, caso isso não acontecesse, avançassem as sanções.

Posição diferente tinha o segundo maior partido do país, o Partido da Renovação Social (PRS), que apoiou o Governo de Sissoco, e que defendeu a nomeação de uma figura independente para o cargo de Primeiro-Ministro, e a convocação de novas eleições legislativas.

Com vista a tentar encontrar uma solução para a crise política guineense, a CEDEAO enviou, a 18 de janeiro, uma missão a Bissau a qual manteve encontros com os principais atores políticos guineenses e com os representantes da comunidade internacional presente no país, nomeadamente, o grupo designado P5, constituído pelas Nações Unidas, União Africana, União Europeia, CEDEAO e CPLP.

A missão da CEDEAO, constituída por Robert Dussey, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo e Presidente do conselho de Ministros da CEDEAO e por Naby Youssouf Kiridi Bangoura, Ministro de Estado e secretário-geral da Presidência da República da Guiné Conacri, foi enviada pelo Presidente togolês, Faure Gnassingbé, e pelo seu homólogo da Guiné Conacri Alpha Condé, que é também o mediador da CEDEAO para a Guiné-Bissau e Presidente em exercício União Africana.

O objetivo desta missão foi a de entregar ao Presidente José Mário Vaz uma mensagem destes dois Chefes de Estado lembrando os compromissos assumidos pelas autoridades guineenses durante a conferência de Chefes de Estado e de governo da CEDEAO, que teve lugar a 16 de Dezembro de 2017 em Abuja, na Nigéria. O não cumprimento do acordado poderia levar a que a CEDEAO aplicasse sanções a vários líderes políticos guineenses.

A situação política guineense tornou-a se ainda mais complexa com o regresso ao país do antigo Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior “Cadogo” depois de cinco anos exilado em Portugal. Cadogo deixou a Guiné Bissau em 2012 na sequência do golpe militar que o afastou do poder e segunda volta das eleições presidenciais, onde era o claro favorito à vitória. Cadogo afirmou que não excluía a possibilidade de se candidatar às eleições presidenciais de 2019.

Sendo um militante histórico do PAIGC, partido que liderou durante 12 anos, o seu regresso poderá ter implicações nos objetivos políticos do atual presidente do partido, Domingos Simões Pereira, uma vez que também ele estaria a pensar candidatar-se à presidência do país.

A figura de Cadogo foi, desde logo, mesmo estando ausente, uma figura em destaque no congresso do PAIGC, que se realizou em inícios de fevereiro.

No último dia do IX Congresso do PAIGC, Domingos Simões Pereira foi reeleito líder numa eleição em que foi o único candidato e obteve 1.113 votos a favor, três contra, num universo de 1.135 delegados que votaram. Após a sua reeleição, Simões Pereira anunciou que o seu grande objetivo é que o partido reforce a sua votação nas legislativas que estão previstas para este ano. Este objetivo visa, acima de tudo, fortalecer a posição do PAIGC no confronto que mantem com o Presidente da República.

Numa tentativa de evitar as sanções da CEDEAO, mas, ao mesmo tempo, não ceder em toda a linha ao PAIGC, o Presidente José Mário Vaz nomeou, a 31 de janeiro, Artur Silva como Primeiro-ministro.

Artur Silva já desempenhou diversos cargos, nomeadamente, já foi Ministro das Pescas, da Educação, da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. Silva foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, além de Ministro da Defesa, da Educação e das Pescas.

Apesar da sua experiência governativa, nem o PAIGC, nem o Partido da Convergência Democrática, nem a União para Mudança, aceitaram esta nomeação, mantendo a sua insistência na nomeação de Augusto Olivais para o cargo de Primeiro-ministro.

Apesar desta contestação, Artur Silva anunciou que a sua grande tarefa será a de criar as condições para a realização das eleições legislativas que se deverão realizar entre abril e maio de 2018.

Crescimento Económico em África

De acordo com dados apresentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em janeiro, a África subsaariana deverá crescer 3,3% este ano e acelerar para 3,5% em 2019. Estes números demonstram que o continente, que em 2017 cresceu 2,7% e 1.3% em 2016, encontra-se num processo de recuperação do seu crescimento económico depois de anos de pior desempenho fruto da crise económica mundial.

Este cenário moderadamente positivo, fica a dever-se a uma ligeira melhoria nas principais economias do continente, a angolana, a sul-africana e a nigeriana, que vão beneficiar de um aumento do preço das matérias-primas.

Apesar disto, estes três países deverão ter crescimentos económicos, em 2018, moderados. No caso da África do Sul o crescimento deverá situar-se no 1,1%, e no caso nigeriano deverá situar-se nos 2%. Estes crescimentos ficam condicionados pelo aumento da incerteza política em ambos os países e o seu impacto na confiança e no investimento. No caso angolano é esperado um crescimento de 1.6%, sendo que o processo de transição política bem-sucedido e as reformas em curso poderão ter impactos positivos no crescimento económico.

Vários países africanos, não produtores de matérias-primas essenciais, vão registar forte crescimento económico apoiado em políticas de crescimento sustentáveis que contam com o apoio de investimentos externos. Nesta categoria estão países como a Costa do Marfim, que deverá crescer 7.2% em 2018, o Senegal que crescerá 6.9%, a Etiópia com 8.2% de crescimento previsto, a Tanzânia com 6.8% e o Quênia com 5.5%.

George Weah Toma posse como Presidente da Libéria

A política na Libéria continua a ser marcada por inovações. Depois de ter sido o primeiro país africano em que uma mulher foi eleita para o cargo de Presidente, na pessoa Ellen Johnson Sirleaf, a Libéria passou a ser, desde 22 de janeiro, o primeiro país a ser governado por antigo jogador de futebol.

Depois de uma carreira de sucesso ao mais alto nível no mundo do futebol, onde representou clubes como AC Milão, o Paris Saint-Germain, o Chelsea e o Manchester

City. Em 1995, foi eleito o melhor jogador do mundo pela FIFA, e recebeu a Bola de Ouro, sendo o único africano a receber ambos os prémios.

Ao terminar a sua carreira futebolística, Weah enveredou pela vida política no seu país. Em 2005 já se tinha candidato à presidência do país, tendo nessa ocasião sido derrotado por Ellen Johnson Sirleaf. Em 2014 foi eleito senador.

Em 2017 Weah venceu a segunda volta das eleições presidenciais com 61,5% dos votos, derrotando o seu rival, o Vice-Presidente cessante Joseph Boakai. Apesar do enorme apoio de que goza junto da população mais jovem do seu país, muitos críticos dizem que a sua falta de experiência política poderá prejudicar o seu desempenho e a própria imagem do país.

Imune a estas críticas, Weah assume como principais objetivos do seu mandato, continuar a aprofundar o espírito de reconciliação após 12 anos de paz que se seguiram a uma dura guerra civil. Paralelamente, Weah pretende promover campanhas anticorrupção com vista a melhorar a imagem dos políticos que ficou abalada por casos de corrupção que atingiram membros do governo e da família da anterior Presidente.

Depois de ter sido considerado um país em franca recuperação, Weah vai herdar uma Libéria com uma economia quase parada e um estado falido. A crise da epidemia do vírus ébola, que atingiu o país em 2014 e 2015, agravou ainda mais a situação económica da Libéria.

O novo Presidente, num gesto destinado a mobilizar a população para os esforços que serão necessários fazer, decidiu cortar 25% do seu salário para dar o exemplo de poupança que é necessário fazer, medida que foi muito bem recebida pela população mais pobre do país, principal grupo de apoio eleitoral de Weah.

Uma outra decisão adotada pelo novo Presidente, e que teve a oposição de fações dentro da Libéria, foi o anúncio de revisão constitucional para retirar os artigos que limitam a posse de propriedade e de cidadania na Libéria a pessoas de raça negra. Weah justificou esta decisão com a necessidade de eliminar princípios desnecessários, racistas e inapropriadas, que são incompatíveis com a visão de uma moderna Libéria.

Esta decisão vem favorecer a comunidade libanesa que, apesar de viver há várias gerações na Libéria, não tinha direito nem à cidadania nem à propriedade.

A Libéria é um caso muito particular no contexto africano. Foi fundada e colonizada por escravos norte-americanos libertados que foram reenviados para África com o apoio de uma organização privada intitulada American Colonization Society.

A 26 de Julho de 1847 a Libéria ascendeu à independência, com um modelo de organização política muito semelhante aos EUA. A presidência do país foi assumida por Joseph Roberts que contou com forte apoio norte-americano.

Ao longo da sua história houve sempre um conflito latente entre os descendentes das populações locais e os descendentes dos escravos libertados que foram enviados para a Libéria. Os segundos foram-se impondo aos primeiros num ambiente de crescente hostilidade, o qual conheceu o seu momento mais grave durante a guerra civil que opôs o governo de Samuel Doe aos rebeldes de Charles Taylor. Este conflito, que durou entre 1989 e 1996, terá provocado entre 150 mil e 200 mil mortos e mais de um milhão de refugiados.

Seca Atinge a África do Sul

Os efeitos das alterações climáticas estão a ter efeitos devastadores na África do Sul. A região do Cabo Ocidental, especialmente a Cidade do Cabo, está a enfrentar uma seca que se arrasta há três anos.

De acordo com as autoridades do governo da província do Cabo, a manter-se a atual situação, a Cidade do Cabo ficará sem água em meados de junho. Se não chover entretanto, esta será a primeira grande metrópole, que conta atualmente com 3.8 milhões de habitantes, a nível mundial a ficar sem água.

A situação é ainda mais preocupante se tivermos em conta que a Cidade do Cabo tem sido das cidades que mais tem feito para ter uma gestão eficiente do consumo de água. Esta política de gestão da água foi, inclusivamente, reconhecida internacionalmente em 2014 quando lhe foi atribuído um prémio pelo C40¹, rede de 92

¹Em África, para além da Cidade do Cabo, esta rede inclui Joanesburgo e Tswane na África do Sul, Acra (Gana), Adis Abeba (Etiópia), Dar-es Salam (Tanzânia), Dakar (Senegal) e Lagos (Nigéria).

megacidades a nível mundial que estão comprometidas em enfrentar as consequências das alterações climáticas, devido às medidas de adaptação às alterações climáticas adotadas.

Neste momento, os reservatórios que abastecem a Cidade do Cabo estão a 25% das suas capacidades de armazenamento. Se baixar dos 13% terá chegado o chamado Dia Zero, ou seja, o dia em que o abastecimento às populações deixará de ser possível.

As autoridades locais já iniciaram planos de contingência para evitar o Dia Zero. Desde o início do ano cada habitação tem um limite máximo de água que poderá consumir e, se o exceder, serão aplicadas multas pesadas. Se no início de janeiro cada pessoa podia gastar 87 litros de água por dia, esse valor baixou para 50 litros em fevereiro.

Estas medidas passam também por cortes de 60% da água disponível à agricultura, que terá seguramente efeitos económicos graves para a região e para o país devido às consequências que isto terá na produção vinícola e frutícola, e campanhas de sensibilização para promover a poupança de água. A indústria turística será seguramente afetada com todas as unidades hoteleiras a aplicarem medidas restritivas ao consumo de água.

Esta situação já tinha sido prevista e medidas de longo prazo já estão a ser operacionalizadas, nomeadamente, a pesquisa de novas fontes de abastecimento subterrâneas e a construção de quatro centrais de dessalinização.

[Israel endurece política contra Imigrantes Africanos](#)

Governo israelita pôs em prática, a 4 de fevereiro, a sua decisão de expulsar do país os milhares de imigrantes sudaneses e eritreus que entraram ilegalmente no país através da fronteira do Sinai.

Todos aqueles que serão expulsos começaram a ser notificados para abandonarem o país voluntariamente num prazo de 60 dias. Os que aceitarem sair dentro do prazo

estipulado terão a sua viagem de avião paga e uma compensação financeira de 3.500 USD.

Há ainda a possibilidade de, em vez de serem enviados para os seus países de origem, Sudão ou Eritreia, esses imigrantes poderão ser enviados para o Ruanda, país que negociou com Israel recebe-los. Quem se recusar a sair será preso e posteriormente expulso sem direito a qualquer compensação.

Segundo estimativas oficiais israelitas, este programa deverá abranger entre 35 mil e 40 mil imigrantes. Mas o objetivo não é ficar por aqui, uma vez que, numa segunda fase, as autoridades israelitas irão analisar a eventual expulsão de imigrantes que tenham família, pessoas com algum tipo de vulnerabilidade, e, inclusivamente, menores e idosos.

O objetivo desta política é, por um lado, desencorajar a vinda de mais imigrantes ilegais, e para tal haverá um maior controlo na fronteira do Sinai com a construção de um muro e, por outro lado, as autoridades israelitas consideram que a continuação deste fluxo migratório poderá pôr em causa o caráter judaico do Estado de Israel.

Contrariamente ao que alegam os imigrantes destes dois países, Israel considera-os apenas como imigrantes económicos e não pessoas que estão a fugir de zonas de conflito ou que são alvo de perseguições políticas, e que necessitariam de obter o estatuto de refugiados.

Esta decisão do governo israelita foi alvo de fortes críticas, quer interna, quer internacionalmente. Em Israel várias foram as vozes que se levantaram contra esta decisão, nomeadamente, oriundas do mundo académico, da cultura e até de associações de sobreviventes do holocausto, afirmando todos que esta política era uma mancha na imagem internacional do país.

[Ellen Johnson Sirleaf Vence Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação](#)

A Fundação Mo Ibrahim anunciou, a 12 de fevereiro, que a antiga Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf venceu Prémio Mo Ibrahim para a Excelência na Liderança Africana, o qual esteve sem ser atribuído alguns anos por falta de candidatos à altura. Ellen Sirleaf já tinha ganho o prémio Nobel da Paz em 2011 pelo seu trabalho a favor da reconciliação no seu país após a guerra civil.

O objetivo do Prémio Ibrahim é distinguir líderes que, durante o seu mandato, ajudaram a desenvolver os seus países, fortalecendo a democracia e os direitos humanos e estimulando o desenvolvimento sustentável.

Podem ser candidatos a este prémio, todos os Presidentes e Chefes de Governo africanos que tenham terminado os seus mandatos nos últimos três anos e para os quais tenham sido eleitos democraticamente e em estrito respeito pela constituição do seu país.

Desde que o prémio foi criado em 2006, já foram premiados cinco chefes de estado africanos: Joaquim Chissano, de Moçambique, em 2007; Festus Mogae, do Botswana, em 2008; Pedro Pires, de Cabo Verde, em 2011; e Hifikepunye Pohamba, da Namíbia, em 2014. Em 2007 Nelson Mandela, foi distinguido como vencedor honorário inaugural.

O valor do prémio, no valor total de cinco milhões de USD é distribuído durante dez anos, período após o qual os vencedores passam a receber 200 mil USD por ano.

O presidente do Comité do Prémio Mo Ibrahim, Salim Ahmed Salim, justificou esta atribuição do prémio a Ellen Sirleaf devido à liderança excepcional e transformadora que demonstrou na recuperação da Libéria, após muitos anos de guerra civil, durante os seus mandatos presidenciais entre 2006 e 2017.

Apesar de reconhecer que nem tudo tem corrido bem na Libéria, nomeadamente, ao nível do combate à corrupção no país, os membros do júri reconheceram que o país melhorou, em várias áreas, durante os mandatos de Sirleaf à frente do país. Esta constatação fica bem demonstrada pela melhoria da Libéria nas diversas categorias do Índice Ibrahim de Governança Africana, tendo subido dez lugares na classificação geral do Índice, para 28.º lugar.

Do júri deste prémio fazem parte Graça Machel, presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC); Aïcha Diallo, ex-ministra da Educação da Guiné; Martti Ahtisaari, ex-presidente da Finlândia; Mohamed El Baradei, antigo diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atómica; a ex-presidente da Irlanda Mary Robinson; Festus Mogae, antigo presidente do Botswana e Horst Köhler, ex-presidente da Alemanha.

